

O juiz é livre para afirmar suspeição por motivo íntimo

Pedro Gordilho*

A Resolução 82, de 9 de junho de 2009, do Conselho Nacional de Justiça, dispõe sobre a regulamentação das declarações de suspeição por foro íntimo, tornando obrigatória a exposição de seus motivos a órgão correccional a que o magistrado esteja vinculado ou a outro órgão designado pelo tribunal.

A citada Resolução foi pontualmente impugnada pela Associação dos Magistrados Brasileiros, pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho e pela Associação dos Juizes Federais do Brasil, por meio de mandado de segurança coletivo, que tem curso perante o Supremo Tribunal Federal. Outra atitude não lhes seria possível. Conquanto servidor do Estado, o juiz não é funcionário público na acepção usual de nossa legislação administrativa. O juiz está sujeito a condições de investidura e de exercício, cujas atribuições se revestem de uma delicadeza e de uma majestade que são desconhecidas em outras funções governamentais, como ressalta Castro Nunes, em palavras candentes. Ele não é simplesmente um funcionário, senão um magistrado, na acepção restrita que se define pela condição de vitaliciedade, para efeito de certas garantias concernentes à carreira, disciplinadas na Constituição.

Cabe ao juiz administrar a justiça, expressão que define melhor sua missão do que aquela comumente usada de declarar o direito. E mais: o juiz não só declara o direito, como ordena, na execução, o que for necessário para tornar efetiva a tutela jurídica, como ressalta o Ministro Mario Guimarães, lembrando as palavras de Ihering, ao por em relevo o valor alegórico da imagem da Justiça que a mitologia nos legou: a balança, que pesa as pretensões, e a espada, que exprime a força coercitiva, o castigo, a execução. Não só uma, nem somente a outra.

Essa missão não pode ser fielmente exercitada, havendo razões fundadas que façam duvidar da imparcialidade do juiz. O Código de Processo Civil declina objetivamente as razões que pressupõem dúvidas

quanto a suspeita de imparcialidade. No parágrafo único do art. 135 do CPC está prescrito: "Poderá ainda o juiz declarar-se suspeito por motivo íntimo." O Conselho Nacional de Justiça resolveu disciplinar essa faculdade, impondo ao magistrado a exposição do motivo íntimo que fundamenta sua suspeição. Ora, se o legislador de 1973 suprimiu a exigência, por certo reconheceu que a quebra do sigilo, virtualmente possível, poderia causar danos irreversíveis ao magistrado.

A Resolução contém vícios não tolerados pela Constituição Federal. Por exemplo: usurpa competência da União (art. 22, I) ao dispor de forma complementar ao Código de Processo Civil – diploma legislativo que trata sobre a matéria.

Outro vício formal: os arts. 1º e 2º da Resolução preveem nova espécie de dever funcional dos magistrados, sendo que o art. 3º deixa claro que as afirmações reveladas pelos magistrados devem ser utilizadas *para fins correccionais*. Com isso, estará usurpando a competência constitucional do legislador complementar (CF, art. 93, *caput*), ao fixar deveres aos magistrados que não estão previstos no Estatuto da Magistratura.

Acresça-se que o Supremo Tribunal Federal tem entendido que a neutralidade, independência e imparcialidade do magistrado integram o princípio do devido processo legal no sentido material. Constitui-se garantia dos jurisdicionados, com base no princípio do devido processo legal, ter a lesão dos seus direitos submetida a julgamento de juiz neutro, isento e imparcial. Tal objetivo somente será alcançado mediante a existência de permissão ao juiz para se declarar suspeito, por motivo íntimo, sem declinar esses motivos.

O direito subjetivo do juiz de se declarar suspeito, notadamente na hipótese de foro íntimo, é também resguardado pelo inciso X do art. 5º da Constituição, que dispõe sobre a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas. Ainda que os motivos de foro íntimo, que o Conselho Nacional de Justiça determina sejam declarados, ficassem bem guardados, a exigência de que se tornem conhecidos por autoridades superiores já implica forçosamente a

* Advogado. Fundador da Sociedade Civil Gordilho, Pavie e Frazão Advogados Associados, em Brasília-DF. Ministro do Tribunal Superior Eleitoral no biênio 1978/1982.

violação da privacidade. E o armazenamento só vem aumentar o risco de que haja o acesso ou a divulgação indevidos.

A Resolução viola, por igual, o princípio da isonomia, pois alcança apenas os magistrados de primeiro e segundo graus. Somente esses estariam obrigados a comunicar os motivos íntimos. Não parece lógico, jurídico, constitucional, ou mesmo justo, que os membros do STF, do STJ, do TST, do TSE ou do STM devam ficar imunes a tal obrigação, pelo fato de exercerem as mesmas funções, só que em outros órgãos jurisdicionais. O magistrado é magistrado em qualquer grau de jurisdição.

Existe, como se vê, *contradictio in adjectis*. A exigência acha-se presa ao princípio da contradição, que Aristóteles definiu, com sua inexaurível percuciência: “É impossível que, simultaneamente e sob o mesmo aspecto, o mesmo determinante convenha e não convenha ao mesmo ser.”

Impondo-se a exigência para os magistrados de primeiro e de segundo graus, estariam os demais fora do alcance, livres para proferir decisão de suspeição sem fundamentação. Então estará a Resolução permitindo a prática de atos inconstitucionais, por alguns magistrados, exigindo de outros a prática de atos que considera constitucionais. E não é apenas isso. Se fosse admissível fundar-se a Resolução no dever de um magistrado fundamentar suas decisões, não haveria razão para que a fundamentação ficasse restrita aos órgãos correicionais. Teria de ser facultado o acesso, pelo menos, às partes que compõem a relação jurídica na qual foi afirmado o foro íntimo.

Do magistrado exige-se coragem, conhecimento e imparcialidade. Antes de ninguém mais, dos órgãos correicionais ou de entidades superiores na hierarquia judiciária, é o magistrado o senhor da possibilidade ou impossibilidade de exercer o seu ministério com ou sem liberdade.